



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 45/XI/ 1.ª SL

Aos 7 dias do mês de Julho de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 12 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;

2. Apreciação e votação das actas nºs. 39, 40, 41 e 44 referentes aos dias 9, 16, 23 e 30 de Junho;

3. Discussão do Projecto de Resolução nº. 157/XI/1ª., do CDS/PP, que "Recomenda ao Governo que elabore, a partir da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), uma Tabela de Incapacidades Decorrentes de Doenças Crónicas e uma Tabela de Funcionalidade";

4. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição nº. 27/XI/1ª., que "Solicita a instituição do dia 07 de Junho como Dia Nacional da Hemocromatose" - Relatora: Deputada Teresa Fernandes (PSD);

5. Outros Assuntos.

11:00 Audição da Associação das Unidades de Saúde Familiar (Requerimento do BE);

12:00 Audição do INFARMED - (Requerimento do PCP).

O Presidente começou por recordar a calendarização dos trabalhos parlamentares até ao final da 1ª sessão legislativa. A última reunião da Comissão nesta sessão deverá ocorrer no dia 14 de Julho, a menos que haja necessidade de agendar mais alguma para ultimar processo legislativo na especialidade. Está previsto que os trabalhos parlamentares sejam retomados no dia 15 de Setembro, ficando desde já marcada uma reunião da Comissão de Saúde para o dia 15 de Setembro, às 10 horas.

A Deputada Maria José Nogueira Pinto apresentou, em nome do PSD, um requerimento oral solicitando uma audição com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial para abordar a questão das patentes relacionadas com medicamentos.

O Presidente colocou à votação o requerimento que solicita uma audição com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que foi aprovado por unanimidade.

O Deputado Defensor Moura lembrou que na última reunião Plenária, onde foi discutida a Política do Medicamento, por iniciativa do BE, ficou incomodado com as coisas que foram ditas durante o debate. Explicou a composição técnica dos medicamentos, que integram o elemento que contem o princípio activo

(DCI) e o elemento que é o “veículo” do princípio activo. Ora dois medicamentos com o mesmo princípio activo podem utilizar “veículos” diferentes, e o que pode originar incompatibilidade nalgumas pessoas, é precisamente o “veículo”.

O Deputado Bernardino Soares agradeceu a explicação, mas disse não ser esse o problema, pois não se pode impedir a prescrição e permitir a dispensa. Não se pode sistematicamente dizer, e bem, que os genéricos devem ser prescritos e não fazer nada que alicerce esta medida.

O Deputado João Semedo esclareceu que o debate no Plenário foi de carácter político, e não pessoal. Considerou ser natural que no debate político haja discussões mais acesas.

O Deputado João Serpa Oliva sublinhou que a discussão do medicamento tem de centrar-se nos médicos, na indústria e nas farmácias, devendo ser encontrada uma plataforma de entendimento entre eles.

Seguidamente, o Presidente pôs à discussão as Actas nºs 39, 40, 41 e 44, respectivamente de 9, 16, 23 e 30 de Junho, que foram aprovadas por unanimidade.

Para apresentar o Projecto de Resolução nº 157/XI/1ª, que *“Recomenda ao Governo que elabore, a partir da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), uma Tabela de Incapacidades decorrentes de Doenças Crónicas e uma Tabela de Funcionalidade”*, o Presidente deu a palavra ao Deputado João Serpa Oliva.

O Deputado apresentou o Projecto de Resolução referindo na sua exposição de motivos que as doenças crónicas, são a maior causa de morte no mundo, sendo que as “doenças raras” ou “doenças órfãs” afectam uma em cada duas mil pessoas. Considera urgente que em Portugal exista um instrumento de medição da incapacidade e da funcionalidade até porque as orientações da OMS são de que devem existir duas tabelas distintas, a Tabela de Incapacidades Decorrentes de Doenças Crónicas e a Tabela de Funcionalidade.

Assim, o CDS/PP propõe, designadamente, que se recomende ao Governo a elaboração daquelas duas Tabelas, de forma distinta, mas complementar, criando para o efeito uma estrutura que integre peritos interministeriais e multidisciplinares. Tal deverá ser recomendado ao Governo, para que as apresente num prazo não superior a um ano.

A Deputada Luísa Santos reconheceu que globalmente a exposição está bem construída e bem fundamentada. Sublinhou que as tabelas em vigor resultaram de um trabalho de equipa, e que o Programa do Governo não prevê alteração nesta matéria. O Deputado Ricardo Gonçalves corroborou o que foi dito pela sua colega e colocou a questão de saber se foram feitas as contas decorrentes da aplicação do Projecto de Resolução em causa.

O Deputado João Semedo lembrou que o presente PJR já foi apresentado na anterior Legislatura. Reconheceu que há necessidade de alterar as Tabelas, mas não com estas características.

O Deputado Bernardino Soares considerou que a iniciativa tem mérito e deve ser acolhida, constituindo uma boa base de trabalho.

O Deputado João Serpa Oliva reiterou que considera que Portugal está atrasado perante compromissos internacionais e que é necessário suprir situações injustas. Parece-lhe que as novas Tabelas não irão gerar custos orçamentais porque actualmente há pessoas isentas ou parcialmente isentas do pagamento de impostos que deixavam de estar, mas, mesmo havendo aumento de custos, seria reposta justiça.

Finda a discussão em Comissão, o Projecto de Resolução nº 157/XI/1ª irá ser enviado para Plenário, para efeitos de votação.

A Deputada Teresa Fernandes apresentou o Relatório Final da Petição nº. 27/XI/1ª., que "Solicita a instituição do dia 07 de Junho como Dia Nacional da Hemocromatose".

A Deputada assinalou que a Comissão de Saúde manifesta total apoio ao objecto da presente Petição e a concretização do seu objectivo depende única e exclusivamente da iniciativa da Associação peticionária, que poderá concentrar no dia 7 de Junho as acções de sensibilização, prevenção e rastreio da hemocromatose, devendo contar com o apoio das entidades públicas para o efeito.

A Petição não requer discussão em Plenário, pelo que propôs o seu arquivamento, sendo dado conhecimento aos peticionantes do presente relatório.

O Presidente colocou à votação o Relatório Final da Petição nº 27/XI/1ª, que foi aprovado por unanimidade.

Audição da Associação das Unidades de Saúde Familiar (USF-AN)

(a audiência foi integralmente gravada)

O Presidente explicou a metodologia de trabalho adoptada na audição: na primeira ronda, cada grupo parlamentar terá 5 minutos e a USF-AN disporá de 25 minutos para responder e, na 2ª ronda, dará 2 minutos a cada grupo parlamentar e 10 minutos à USF-AN para a resposta.

O Presidente da Associação das Unidades de Saúde Familiar, Bernardo Vilas-Boas, fez-se acompanhar por outros membros da Direcção, Paula Rodrigues, Helena Almeida, Rui Carneira, Luís Albuquerque e Tiago Couto, e os colaboradores Tiago Couto e André Biscaia.

O Deputado João Semedo explanou as razões do pedido de audição da Associação das Unidades de Saúde Familiar, pretendendo, nomeadamente, que seja feito o balanço do encontro nacional da Associação e o ponto de situação das USF e dos agrupamentos de centros de saúde.

Os Deputados Clara Carneiro, Helena Rebelo, Isabel Galriça Neto e Bernardino Soares colocaram questões, que foram respondidas pelo Presidente da USF-AN.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Luísa Salgueiro, Clara Carneiro, Isabel Galriça Neto e João Semedo, que mereceram resposta por parte do Presidente da Associação das Unidades de Saúde Familiar e do colaborador da Associação André Biscaia.

A Associação entregou documentação em suporte informático e colocou-se à disposição da Comissão para quaisquer esclarecimentos posteriores.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente foi substituído pela Vice-Presidente Luísa Salgueiro.

Audição do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED)

(a audiência foi integralmente gravada)

Estiveram presentes por parte do INFARMED, o seu Presidente, Jorge Torgal, que se fez acompanhar por Hélder Mota Filipe, e por Miguel Vigeant Gomes e António Neves, membros da Direcção.

O Presidente deu a palavra ao Deputado Bernardino Soares para apresentar o requerimento que solicita a audição do INFARMED. O Deputado justificou o pedido de audição por três razões: primeiro, considera ser

importante garantir que o INFARMED continuará independente, apesar do percurso de alguns membros da nova direcção do INFARMED, que têm ou tiveram a ver com o exercício da profissão em multinacionais na área do medicamento; segundo, gostaria de saber qual é a situação interna dos recursos humanos do Instituto e, em terceiro, qual é a política do medicamento e as orientações estratégicas do INFARMED para os próximos anos.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados Clara Carneiro, Nuno Reis, Rui Prudêncio, Isabel Galriça Neto, João Serpa Oliva, João Semedo e do próprio Presidente da Comissão e o Prof. Dr. Jorge Torgal respondeu às questões colocadas.

Seguiu-se um segundo período de pedidos de esclarecimento por parte dos Deputados Clara Carneiro, Nuno Reis, Isabel Galriça Neto, João Serpa Oliva e Bernardino Soares, que foram respondidos pelo Presidente do INFARMED e completadas pelo Dr. Miguel Vigeant Gomes.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 Julho 2010.

A VICE-PRESIDENTE,

O PRESIDENTE,

(LUÍSA SALGUEIRO)

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
João Serpa Oliva
Luísa Salgueiro
Maria das Mercês Borges
Maria Helena Rebelo
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Nuno Reis
Ricardo Gonçalves
Rui Prudêncio
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Conceição Casa Nova
Rosário Águas
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Maria Antónia de Almeida Santos